



Revista Brasileira de História das Religiões

ISSN
1983-2850

SÃO LUÍS-MA | VOLUME 19 | NÚMERO 55 | JANEIRO-ABRIL 2026

ARTIGOS LIVRES

 <https://doi.org/10.18764/1983-2850v19n55e27336>


A construção das identidades da umbanda: lutas e conquistas epistemológicas

Claudio Noel de Toni Junior

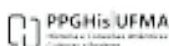
Doutor em Geografia.

 <http://lattes.cnpq.br/6409702142500422>

 <https://orcid.org/0000-0001-5374-8475>

 juniortoni100@gmail.com

RECEBIDO | 8 ago. 2025 – APROVADO | 10 abr. 2025



Resumo

O artigo analisa os conflitos internos e externos que marcaram a Umbanda durante a década de 1940, destacando os processos de redefinição identitária e a luta por legitimidade que caracterizaram este período. Particular atenção é dedicada ao papel de Zélio Fernandino de Moraes na afirmação da identidade da Umbanda, sem, entretanto, ser creditada sua criação. O objetivo do artigo é realçar uma nova forma de culto religioso que se interconecta com os santos católicos, com os rituais kardecistas e com práticas do candomblé, porém traz novos elementos de entidades até então desconhecidos na doutrina espírita no Brasil. Esta nova religião se molda e se amplia pela sua identidade própria na busca de atrair a todos os públicos, sem discriminação de raça, etnia e gênero, nos terreiros onde há liberdade de cultuar as entidades, sem haver regras fixas como nas outras denominações. A pesquisa é de natureza referencial, bibliográfica, descritiva e explicativa de autores que abordam a religião no Brasil e em outros países, especialmente latinos.

Palavras-chave: inclusão; interseccionalidade; identidade; globalização na religião.

The construction of umbanda identities: epistemological struggles and conquests

Abstract

The article analyzes the internal and external conflicts that marked Umbanda during the 1940s, highlighting the processes of identity redefinition and the struggle for legitimacy that characterized this period. Particular attention is given to the role of Zélio Fernandino de Moraes in affirming the identity of Umbanda without, however, being credited with its creation. The aim of the article is to highlight a new form of religious worship that interconnects with Catholic saints, Kardecist rituals, and Candomblé practices, but brings new elements of entities hitherto unknown in Brazilian Spiritism. This new religion is shaped and expanded by its own identity in an effort to attract all audiences, without discrimination based on race, ethnicity, or gender, in the terreiros where there is freedom to worship the entities, without fixed rules as in other denominations. The research is referential, bibliographic, descriptive, and explanatory in nature, drawing on authors who address religion in Brazil and other countries, especially Latin American ones.

Keywords: inclusion; intersectionality; identity; globalization in religion.

La construcción de las identidades de la umbanda: luchas y conquista epistemológicas

Resumen

El artículo analiza los conflictos internos y externos que marcaron la Umbanda durante la década de 1940, destacando los procesos de redefinición identitaria y la lucha por la legitimidad que caracterizaron este período. Se presta especial atención al papel de Zélio Fernandino de Moraes en la afirmación de la identidad de la Umbanda, sin que, sin embargo, se le atribuya su creación. El objetivo del artículo es destacar una nueva forma de culto religioso que se interconecta con los santos católicos y con los rituales kardecistas y las prácticas del candomblé, pero que aporta nuevos elementos de entidades hasta entonces desconocidas en la doctrina espiritista brasileña. Esta nueva religión se moldea y se amplía por su propia identidad en la búsqueda de atraer a todos los públicos, sin discriminación de raza, etnia y género, en los terreiros donde hay libertad para adorar a las entidades, sin reglas fijas como en otras denominaciones. La investigación es de naturaleza referencial, bibliográfica, descriptiva y explicativa de autores que abordan la religión en Brasil y en otros países, especialmente latinos.

Palabras clave: interseccionalidad; identidad; globalización en la religión.

Umbanda, religião brasileira com raízes na cultura afro-brasileira e influências do espiritismo, passou por transformações significativas na década de 1940. Este período foi marcado por disputas internas direcionadas à preservação e/ou modificação das práticas religiosas e por conflitos externos, relacionados à perseguição e controle estatal. O objetivo deste artigo é in-

investigar tais conflitos, suas causas e consequências, bem como analisar a construção identitária da Umbanda a partir de debates doutrinários e das pressões sociais e políticas.

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, utilizando-se da análise de documentos históricos, textos acadêmicos e fontes secundárias disponíveis para reconstruir os conflitos e disputas vivenciadas pela Umbanda na década de 1940. A metodologia envolve, por meio de análise documental, revisão detalhada de periódicos, atas e documentos provenientes do I Congresso de Umbanda ocorrido em 1941, com especial atenção às propostas e discursos que evidenciam o processo de desafricanização e a tentativa de alinhamento com valores do espiritismo.

O período da década de 1940 na Umbanda tem sido objeto de debates, principalmente em relação aos processos de redefinição de identidade e à busca de legitimidade religiosa. Segundo Giumbelli (2006), o I Congresso Brasileiro de Espiritismo de Umbanda, realizado em 1941, foi um marco na tentativa de afastar elementos considerados “primitivos” ou ligados às tradições africanas, reforçando a imagem da Umbanda como uma religião próxima aos valores espíritas e da classe média urbana. Essa estratégia de “desafricanização” visava facilitar a aceitação social e política da prática religiosa em um contexto de preconceito contra as manifestações afro-brasileiras.

Em relação aos conflitos externos, a repressão estatal durante o Estado Novo, especificamente por meio de órgãos como o Departamento de Tóxicos e Mistificações da Polícia do Rio de Janeiro, evidenciou um ambiente de vigilância e controle sobre as religiões de matriz africana (Tharcisio Motta Vieira, 2023). Esta perseguição não só marginalizava a Umbanda, mas também contribuía para a construção de uma identidade que precisaria se reinventar e se requalificar para resistir às pressões externas.

A construção da identidade da Umbanda, para Cumino (2024) e Giumbelli (2006), conforme discutido na literatura, é marcada pelo papel de líderes religiosos estratégicos, entre os quais se destaca Zélio Fernandino de Moraes. Embora Zélio seja frequentemente associado à fundação do primeiro terreiro e à criação de estruturas organizacionais como a União Espírita de Umbanda do Brasil (UEUB), é salutar destacar que sua contribuição reside primariamente no processo de afirmação identitária, e não na autoria da criação da religião. Esta nuance é essencial para compreender as complexas dinâmicas de poder e legitimidade dentro do campo religioso.

Adicionalmente, o trabalho de Farlen Nogueira (2022), *O Tata Ti Inkice da omolocô: Tancredo da Silva Pinto, clivagens e disputas no campo religioso umbandista do Rio de Janeiro*, fornece subsídios para compreender as disputas internas a partir de relatos e análises sobre as divisões doutrinárias e organizacionais que marcaram a Umbanda no Rio de Janeiro. A abordagem de autores como Bahia (2023), Nogueira (2022) e Bahia e Aguiar (2022) revela como conflitos pessoais, ideológicos e de poder influenciaram a trajetória do umbandismo, reforçando a importância do debate sobre a identidade e a legitimidade religiosa.

Análise dos conflitos e das construções identitárias na Umbanda

A Umbanda se destaca pela sua diversidade cultural e espiritual, deve grande parte de sua formação ao Candomblé, uma tradição afro-brasileira que venera os orixás. Com raízes axiológicas nas culturas africanas trazidas ao Brasil por meio da diáspora, o Candomblé influenciou a prática religiosa e a identidade cultural dos afro-brasileiros.

Bruno Rodhe (2009) apresenta uma análise detalhada dos primórdios da Umbanda, destacando a figura de Zélio de Moraes como um agente na construção dessa religião. Segundo Rodhe (2009), Zélio, ao conduzir experiências mediúnicas intensas e positivas, abriu um caminho de sincretismo religioso que mesclava elementos das tradições católica, espírita e das culturas afro-brasileiras e indígenas. Para o autor, a emergência da Umbanda se faz no compasso de uma necessidade espiritual de reconciliação dos saberes ancestrais e modernos, onde Zélio se torna símbolo de uma religiosidade que privilegia a prática do amor, da caridade e da transformação interior.

A reverência aos orixás, advinda do Candomblé, foi uma das primeiras influências a serem integradas na nova religião. Os orixás, divindades que representam forças da natureza e aspectos da vida humana, passaram a ser reverenciados na Umbanda, embora com adaptações que refletissem a nova abordagem sincrética da religião. Os rituais do Candomblé, que incluem danças, cânticos e oferendas, também encontraram espaço na Umbanda.

Giumbelli (2003) alia elementos de outras tradições afro-brasileiras, como, por exemplo, as tradições indígenas e católicas, criando um mosaico religioso que dialoga com a pluralidade cultural do Brasil. A presença de entidades como os caboclos, que representam os espíritos dos indígenas, e os pretos-velhos, que simbolizam a sabedoria dos ancestrais africanos, complementa a veneração aos orixás. Essa diversidade é uma das características mais marcantes da Umbanda, que se apresenta como um espaço de acolhimento e respeito às diferentes manifestações espirituais.

Os rituais da Umbanda, conforme Birman (1985), inspirados no Candomblé, são frequentemente mais acessíveis e menos formalizados. A celebração de festas, como o Dia de Iemanjá, é uma prática comum em ambos os cultos, mas na Umbanda, essa celebração pode incluir uma variedade de expressões artísticas e culturais, como música e dança, envolvendo a comunidade de maneira mais ampla. Essa abertura para a inclusão de novos elementos culturais e a adaptação de rituais tradicionais refletem a essência da Umbanda como uma religião viva e em constante transformação.

As tradições indígenas oferecem uma visão de mundo que valoriza a conexão com a natureza e os espíritos da terra. A figura do Caboclo, que simboliza a fusão entre os ancestrais indígenas e as práticas afro-brasileiras, ocupa um lugar central na Umbanda. Os Caboclos são considerados entidades espirituais dotadas de sabedoria ancestral, intimamente ligadas à natureza. Essa relação se manifesta nos rituais da Umbanda, onde a invocação dos Caboclos é comum, e suas orientações são buscadas para resolver questões cotidianas e espirituais.

Os rituais de cura também são práticas umbandistas. Muitas vezes, os terreiros organizam sessões específicas para abordar questões de saúde física e emocional. Durante essas sessões, os médiuns incorporam entidades que possuem conhecimentos sobre ervas e remédios naturais, oferecendo tratamentos que vão além da medicina convencional, da mesma forma que a música e a dança ocupam um lugar de destaque nos rituais da Umbanda. Os cânticos, conhecidos como pontos, são entoados durante as giras e celebrações, criando uma atmosfera de conexão espiritual. As danças, inspiradas nas tradições africanas e indígenas, permitem que os participantes expressem sua devoção e alegria.

Para Santos (2007), além das influências indígenas, a Umbanda é também marcada pela presença do catolicismo. A simbologia e ritualística da religião católica foram assimiladas pelos praticantes da Umbanda, resultando em uma fusão única. Os santos católicos são frequentemente

sincretizados com orixás e entidades espirituais, criando uma rede complexa de devoção. Por exemplo, Nossa Senhora Aparecida é associada a Iemanjá, a deusa das águas, refletindo a busca por proteção e intercessão divina.

Esse sincretismo se torna evidente nas festas e celebrações da Umbanda, que coincidem muitas vezes com datas católicas. Festividades como o Dia de Iemanjá, celebrado em 2 de fevereiro, atraem tanto praticantes da Umbanda quanto católicos, demonstrando a intersecção entre essas tradições. Assim, a Umbanda não somente incorpora a influência católica, mas extrai para si o sincretismo dual de maneira que enriquece sua própria identidade religiosa (Lima, 2022).

Oliveira (2023) se concentra na clareza com que articula as raízes históricas e contextos sociais da Umbanda, mostrando que o sincretismo não pode ser analisado de maneira isolada, mas sim como parte de um processo de construção identitária. Ao se aprofundar no contexto histórico brasileiro, demonstra que a Umbanda é um exemplo paradigmático de como os encontros entre culturas podem levar à formação de uma religiosidade adaptativa e resiliente.

Leal (2021) aporta à discussão uma perspectiva que enfatiza tanto a diversidade quanto a flexibilidade da Umbanda. Sua análise destaca a importância do multiculturalismo para entender como os praticantes reinterpretam e reconfiguram os elementos religiosos em suas práticas cotidianas ao enfatizar o papel da agência individual e coletiva na transformação contínua da religião, propondo que a Umbanda seja um organismo cultural em constante negociação.

Na abordagem sincrética, Oliveira (2023) se destaca por sua reconstituição histórica e pela análise crítica dos processos de assimilação cultural que moldaram a Umbanda. Leal (2021), contudo, privilegia métodos participativos e observacionais que realçam como práticas simbólicas são adaptadas e reinventadas no cotidiano dos praticantes. Dessa forma, a obra de Leal (2021) complementa a abordagem histórica de Oliveira (2023) ao conceder ênfase maior aos aspectos dinâmicos e interativos do fenômeno religioso.

Apesar das perspectivas distintas, Oliveira (2023) e Leal (2021) ressaltam a importância de compreender a Umbanda não como um artefato estático, mas como um fenômeno em constante mudança, onde o sincretismo e o multiculturalismo são intrinsecamente interligados.

Uma intersecção importante identificada é o papel do contexto sociopolítico brasileiro na formação dessas dinâmicas culturais. Ambos os autores concordam que, frente à pressão de homogeneização cultural e às políticas de identidade, a Umbanda emerge como uma resposta autêntica que propicia a convivência de diferentes tradições e a criação de novas identidades sociais. Assim, o sincretismo e o multiculturalismo podem ser vistos como mecanismos de resistência e adaptação frente às demandas de um país marcado pela diversidade.

Estudos recentes, como o de Bahia e Aguiar (2022), ressaltam que essa mistura de tradições é uma forma de resistência cultural. Em um país onde a diversidade religiosa é frequentemente desafiada, a Umbanda se apresenta como um espaço de acolhimento e respeito às diferentes crenças. A pesquisa de Bahia e Aguiar (2022), realizada no Rio de Janeiro, revela que muitos praticantes veem a Umbanda como uma maneira de afirmar sua identidade cultural e espiritual, em um contexto de discriminação.

À medida que a Umbanda continua a evoluir, as influências indígenas e católicas permanecem essenciais para sua prática. A adaptação e transformação dessas tradições na Umbanda demonstram como a religião é dinâmica e responsiva às mudanças sociais e culturais. Essa flexi-

bilidade é uma das razões pelas quais a Umbanda se espalhou por todo o Brasil e além, conquistando adeptos em diferentes contextos.

Ao longo da história, os afro-brasileiros enfrentaram séculos de opressão, desde a escravidão até a marginalização social. Nesse contexto, a Umbanda surgiu como uma alternativa que permitiu a esses indivíduos manter suas práticas espirituais e culturais, adaptando-se às novas realidades sociais.

Um dos aspectos marcantes dos conflitos internos na Umbanda durante os anos 1940 refere-se à tentativa de “deslegitimação da Umbanda”, observada no I Congresso Brasileiro de Espiritismo, onde tentaram que houvesse a exclusão progressiva de elementos ligados às práticas e rituais de origem africana. Conforme apontado por Barros (2023), a realização deste Congresso em 1941 serviu como um instrumento para promover uma versão da Umbanda que enfatizava os aspectos espíritas e moralizantes. Essa estratégia, apesar de visar a aceitação por parte da classe média e das autoridades, implicava perdas significativas da herança cultural e ritualística da tradição afro-brasileira.

Essa redefinição interna foi feita para combater o estigma associado a práticas “primitivas” ou “atrasadas”, que eram frequentemente utilizadas para justificar a marginalização social da Umbanda. O processo de “embranquecimento” buscava, dessa forma, legitimar a religião em um contexto de intensa repressão e preconceito. Contudo, essa estratégia de modificação e reestruturação interna não foi isenta de tensões, gerando debates acalorados entre os praticantes e as lideranças religiosas que desejavam preservar os vínculos com as raízes afro-brasileiras.

No âmbito externo, a Umbanda enfrentava um ambiente de repressão e discriminação, durante o Estado Novo de Vargas, onde instituições de repressão exerceram controle das manifestações práticas na Umbanda, por meio de dispositivos de segurança, de poder e controle.

O pensamento de Michel Foucault (2014) sobre a vigilância dos corpos, os dispositivos e a biopolítica permite uma reflexão genealógica na relação do poder e da resistência, sobre os mecanismos de poder que operam na sociedade. No contexto da Umbanda brasileira dos anos 1940, esta análise se revela ao se observar como a religião, permeada por crenças sincréticas, serviu tanto como espaço de resistência quanto de controle. Durante este período, o aparato estatal e religioso utilizava-se de práticas e discursos que buscavam definir o que era normal e aceitável, influenciando o comportamento dos indivíduos e a formação dos sujeitos.

A vigília constante dos corpos, enquanto prática disciplinar, encontra eco nas análises foucaultianas, que enfatizam a internalização das normas sociais. A Umbanda, ao emergir num cenário marcado pela repressão cultural e por preconceitos, tornou-se instrumento para a explicitação de valores e de hierarquias de poder. Os dispositivos de controle presentes nas instituições religiosas recorriam a rituais e simbolismos que operavam como mecanismos de vigilância, agindo sobre os praticantes e determinando os limites do aceitável. Essa vigilância, embora aparentemente centrada na dimensão espiritual, estendia sua influência para a conformação dos corpos, na medida em que as práticas religiosas impunham um ideal de conduta e de pureza que dialogava com os discursos públicos da normalidade.

Ao mesmo tempo, a biopolítica, enquanto forma de regulação da vida e dos corpos, revela as tensões existentes entre a esfera do sagrado e as demandas do poder estatal. Nos anos 1940, a administração pública brasileira, em meio a um processo de modernização e de imposição de padrões hegemônicos de comportamento, utilizou elementos da religião para legitimar práticas de vigilância e controle social. A Umbanda, com sua mitologia singular e diversidade de práticas,

foi frequentemente reinterpretada à luz dos discursos de normalidade, colaborando, paradoxalmente, tanto para a resistência quanto para a manutenção de hierarquias de poder que limitavam o direito de manifestação e a liberdade dos grupos marginalizados (Foucault, 2010a).

Foucault (2010a) dispõe de uma análise que transcende a mera interpretação dos fatos, ao mostrar como os dispositivos de poder se entrelaçam com práticas culturais e religiosas. No caso específico da Umbanda na década de 1940, a religião passou a desempenhar um papel ambíguo ao oferecer um espaço de escapismo e de reconstrução identitária, ao mesmo tempo em que era incorporada aos mecanismos de vigilância e de biopoder. Assim, a instituição religiosa, longe de ser um mero reflexo das demandas sociais, atuava como elemento ativo na definição do que era considerado normal na sociedade, ao disciplinar corpos e condutas.

Este cenário dificultava a capacidade dos umbandistas de consolidarem uma identidade que pudesse dialogar de maneira eficaz com a sociedade e com o aparato estatal. Em resposta, a organização e a articulação de eventos como o I Congresso de Umbanda de 1941 mostraram-se estratégias para reivindicar espaços de reconhecimento e legitimidade social. Nesse sentido, o congresso não somente reuniu lideranças e praticantes, mas também firmou um discurso oficial que buscava integrar a Umbanda ao mainstream religioso e cultural brasileiro (Tharcisio Motta Vieira, 2023).

Zélio Fernandino de Moraes ocupa uma posição de destaque na narrativa da Umbanda na década de 1940. Reconhecido como uma figura emblemática na história umbandista, Zélio é frequentemente associado à criação dos primeiros terreiros e à formação da UEUB. Entretanto, é importante diferenciar sua contribuição, visto que, enquanto sua atuação foi determinante para a afirmação e consolidação da identidade da Umbanda, especialmente através das iniciativas de reestruturação doutrinária e organizacional, ele não pode ser creditado com a criação da religião, a qual possui origens e práticas híbridas anteriores, pois a Umbanda não foi criada, ela sempre esteve presente no cotidiano brasileiro.

A figura de Zélio simboliza o esforço de adaptar uma tradição religiosa para um novo contexto social, evidenciando as contradições presentes na tentativa de modernização e, ao mesmo tempo, de preservação de elementos essenciais da herança afro-brasileira. Ao moldar o discurso oficial e organizar eventos de caráter legitimador – como o I Congresso de Umbanda – Zélio contribuiu para a Umbanda ser reconhecida por suas características espirituais e éticas, embora essa mesma ação implicasse na exclusão de práticas consideradas “primitivas” (Barros, 2023).

A análise de Nogueira (2022) enfatiza que a identidade umbandista não é fixa, mas constantemente negociada por meio de debates internos que, por vezes, se intensificavam em resposta às pressões externas. Nesta perspectiva, corrobora a compreensão de que os processos de definição identitária, como o recorte entre práticas “autênticas” e elementos a serem suprimidos, são dinâmicos e contestados. Assim, o trabalho de Nogueira (2022) enriquece o debate ao mostrar que os conflitos internos, longe de serem meramente resolvidos por decisões doutrinárias impostas pelas lideranças centrais, envolviam múltiplas vozes e interesses divergentes.

A estrutura descentralizada da Umbanda, onde cada terreiro possui autonomia e características próprias, destaca-se como um aspecto doutrinário e secular. Essa diversidade permite que as comunidades afro-brasileiras adaptem suas práticas às realidades locais, fortalecendo ainda mais a resistência cultural. Em muitos terreiros, as cerimônias e rituais são moldados com base nas necessidades e experiências dos praticantes, criando um espaço acolhedor e de pertencimento.

A Umbanda, uma religião sincrética e descentralizada, possui uma estrutura organizacional que reflete sua diversidade e autonomia. Cada terreiro, ou centro de culto, opera de forma independente, com sua própria liderança e práticas específicas. Essa descentralização é um dos aspectos mais marcantes da Umbanda, ao permitir que cada comunidade adapte suas crenças e rituais às necessidades e contextos locais.

Os terreiros de Umbanda variam em tamanho, estilo e abordagem espiritual. Enquanto alguns são pequenos e familiares, outros podem acolher centenas de praticantes. Essa diversidade reflete as origens da Umbanda, que emergiu em um contexto de resistência cultural e espiritual. Desde o início de suas práticas, a Umbanda tem sido um espaço onde tradições afro-brasileiras, indígenas e católicas se entrelaçam, criando um ambiente de inclusão e respeito mútuo pelas conquistas ao longo dos anos (Costa, 2013).

Os rituais umbandistas são diversos, abrangendo desde sessões de incorporação até oferendas e cerimônias de cura. Cada terreiro possui suas particularidades, mas há elementos comuns que permeiam a prática em diferentes centros. As giras, por exemplo, são encontros regulares onde médiuns incorporam entidades espirituais, como orixás, caboclos e pretos-velhos. Essas entidades transmitem mensagens de orientação, proteção e cura aos participantes. A incorporação é uma prática na Umbanda, permitindo que os fiéis se conectem com o mundo espiritual e recebam conselhos valiosos para suas vidas.

A autonomia dos terreiros também se manifesta nas festividades e celebrações que realizam. Cada centro pode escolher quais datas e eventos são significativos para sua comunidade, promovendo uma variedade de celebrações que vão desde festas tradicionais até rituais específicos para honrar entidades espirituais. Essa personalização das práticas fortalece a identidade comunitária e promove um senso de pertencimento entre os membros.

A comunicação com os espíritos é um dos pilares da Umbanda, simbolizando a fusão entre o espiritismo kardecista e as tradições afro-brasileiras. Desde sua fundação, essa prática mediúnica tem sido marcante para que os praticantes se conectem com entidades espirituais que oferecem orientação, cura e proteção.

As sessões de mediunidade, realizadas nos terreiros, são momentos sagrados em que os médiuns, indivíduos dotados de habilidades especiais, atuam como intermediários entre o mundo material e o espiritual. Durante essas sessões, os médiuns podem incorporar espíritos, conhecidos como entidades, que se manifestam por meio de palavras, gestos e até mudanças na voz (Solera, 2014).

Essas entidades podem ser espíritos de ancestrais, caboclos, pretos-velhos, exús, pomba-giras, entre outros, cada um trazendo uma sabedoria e energia singular. A incorporação é considerada um ato de entrega e confiança, onde o médium se coloca à disposição para receber a mensagem do espírito.

Para Ferreira (2025), a importância dessa comunicação transcende o simples contato com o além. Para os praticantes da Umbanda, a mediunidade é uma via de autoconhecimento e desenvolvimento espiritual. As mensagens recebidas durante as sessões frequentemente abordam questões pessoais, oferecendo conselhos sobre saúde, relacionamentos, vida profissional e proteção. Dessa forma, a comunicação com os espíritos fortalece a fé dos adeptos e proporciona um espaço para reflexão e aprendizado (Isaías, 1999).

As práticas mediúnicas permitem que os praticantes honrem suas raízes e tradições, ao mesmo tempo em que buscam apoio espiritual em suas vidas cotidianas. Essa conexão com o

passado é vital para a identidade cultural e espiritual dos adeptos, reforçando a relevância da Umbanda na sociedade contemporânea.

A prática da comunicação com os espíritos enfrenta desafios. O preconceito e a desinformação sobre a Umbanda ainda persistem, resultando na estigmatização das práticas mediúnicas. Muitos associam a mediunidade a práticas negativas ou supersticiosas, ignorando seu valor intrínseco como uma forma de espiritualidade e autoconhecimento. É eficaz que os praticantes e simpatizantes da Umbanda continuem a educar o público sobre a verdadeira natureza da comunicação com os espíritos, destacando seu papel positivo na vida das pessoas.

Nos últimos anos, observou-se um aumento no interesse pela Umbanda e suas práticas, com ênfase entre as novas gerações. Esse renascimento pode ser atribuído a uma busca por uma espiritualidade mais inclusiva e diversificada. Nesse contexto, a comunicação com os espíritos é vista como uma ferramenta para a transformação pessoal e coletiva. Os jovens estão se aproximando da Umbanda em busca de respostas para questões existenciais e espirituais, reconhecendo a riqueza de sua herança cultural.

Além disso, a tecnologia desempenha um papel importante na disseminação das práticas de comunicação com os espíritos. Com o advento das redes sociais e plataformas digitais, muitos terreiros têm compartilhado suas experiências e ensinamentos, alcançando um público mais amplo. Isso, além de ajudar a desmistificar a Umbanda, cria uma comunidade global de praticantes que podem trocar experiências e conhecimentos, onde a comunicação com os espíritos é uma prática constante na Umbanda, que vai além do mero contato com o além. Ela representa um caminho para o autoconhecimento, a resistência cultural e a construção de uma identidade espiritual rica e diversificada (Santana, 2021).

Contexto Histórico da Umbanda de Omolocô e da Umbanda Esotérica

Dentre essas vertentes, destaca-se a Umbanda Omolocô, também referida como Umbanda Trançada, cuja fundação é atribuída ao médium Tancredo da Silva Pinto, na década de 1950, no Rio de Janeiro. Essa vertente preserva tradições africanas, incorporando práticas do Candomblé e do Omolocô, e enfatiza intensamente a veneração dos Orixás, com rituais que incluem muitas vezes oferendas conforme as tradições originais. A Umbanda Omolocô reflete uma conexão com as raízes africanas e as práticas tradicionais, outras vertentes também surgiram, evoluindo conforme a espiritualidade e os contextos sociais variavam.

Em estudos voltados para a Umbanda de Omolocô, a ênfase está na resignificação das identidades negras e no reconhecimento dos saberes de origem africana. Bahia e Martins (2018) discutem como Tancredo da Silva Pinto propôs uma reapropriação dos símbolos e práticas africanas, criando um espaço de identidade e resistência dentro da Umbanda. Estas práticas reforçam vínculos culturais e configuram uma metodologia de ensino e transmissão de saberes que tem implicações importantes para os estudos sobre diáspora e construção identitária.

O movimento identificado para D'Ososi (2010) vai ao encontro desse debate ao abordar a tentativa de apagamento do protagonismo negro nos discursos umbandistas tradicionais, ressaltando a importância da resignificação identitária e do resgate de tradições ancestrais. Dessa forma, a pesquisa evidencia não só um aspecto historiográfico, a recontagem das narrativas afrocentradas, mas também desvela os mecanismos pelos quais a Umbanda de Omolocô opera

como ferramenta de empoderamento social e de valorização dos contributos afro-brasileiros à cultura nacional.

Sobre a Umbanda Esotérica, a pesquisa conduzida por França (2019) ilustra como essa vertente incorpora práticas da Nova Era, oferecendo uma nova configuração para o entendimento da espiritualidade no Brasil. Ao integrar elementos esotéricos ao repertório tradicional da Umbanda, essa abordagem convida a uma ressignificação contínua das práticas religiosas, promovendo uma síntese entre rituais ancestrais e as demandas contemporâneas de autoconhecimento e transformação social.

Além das dimensões espirituais e identitárias, a Umbanda Esotérica apresenta fortes contribuições no campo da educação. Lopes (2022) ressalta o papel pedagógico dessa vertente, evidenciando como as práticas educativas disseminadas nos terreiros possibilitam um diálogo inter-religioso que favorece a superação do racismo nos espaços do Sagrado. Essa interação entre ensino e prática religiosa é ilustrativa dos processos de resistência cultural, além de destacar caminhos para a promoção de uma educação inclusiva e plural.

O diálogo entre as práticas religiosas e a ciência formal, onde a integração de saberes tradicionais com conhecimentos científicos tem sido observada, é demonstrado pelo estudo de Silva e Farias (2024). Essa investigação aponta para as interseções entre conhecimentos da tradição ceramista e os princípios da física, ilustrando que os saberes tradicionais presentes na Umbanda podem, de fato, dialogar com as propostas e metodologias da ciência moderna. Esta temática reforça a ideia de que o conhecimento não é estanque, mas sim algo que pode ser enriquecido por múltiplas perspectivas, contribuindo para uma compreensão mais abrangente da realidade social e cultural brasileira.

Os rituais da Umbanda Esotérica se aproximam das práticas espirituais orientais e da filosofia esotérica, promovendo uma reflexão interna e a conexão com dimensões mais amplas da existência. Apesar de adotar elementos modernos e sincréticos, a Umbanda Esotérica preserva os princípios fundamentais da Umbanda, unindo inovação e tradição. Assim, ao lado da Umbanda Omolocô/Trançada, essa vertente destaca a importância do sincretismo como uma ferramenta de inclusão e adaptação, permitindo que a tradição se mantenha viva e relevante tanto no Brasil quanto nos países vizinhos.

Para Carneiro (1970), a Umbanda esotérica, delineada por Matta e Silva (2009), destaca-se por enfatizar os aspectos ocultos e internos da religião, adicionando uma camada de interpretação mais voltada para o desenvolvimento pessoal e a prática esotérica. Entre seus pontos principais, encontram-se o sincretismo religioso que integra elementos de várias tradições, buscando uma harmonização entre o catolicismo, o espiritismo, o candomblé e conhecimentos esotéricos.

As práticas ritualísticas no uso de técnicas como a invocação de guias espirituais, rituais de defumação e elementos simbólicos que promovem a purificação e o equilíbrio energético. E o enfoque no autoconhecimento entre a jornada interior e na evolução espiritual, onde os rituais e práticas servem como ferramentas para o crescimento pessoal e a conexão com planos superiores e a aplicação dos saberes ocultos, onde a influência dos ensinamentos esotéricos e da filosofia hermética, propondo uma leitura mais simbólica e mística dos acontecimentos e dos fenômenos espirituais (Da Matta e Silva).

A análise das contribuições da Umbanda de Omolocô e da Umbanda Esotérica corrobora que ambas as vertentes desempenham papéis significativos no contexto científico e social brasileiro. Por meio da ressignificação da identidade africana e da integração de práticas esotéricas com

ensinamentos tradicionais, essas vertentes ampliam o campo dos estudos religiosos e favorecem a construção de uma educação inter-religiosa e inclusiva.

A Umbanda de Omolocô, com sua ênfase na valorização das raízes africanas, conforme destacado por Bahia e Nogueira (2018) e aprofundado por Martins (2024), reafirma a importância do protagonismo negro e das narrativas históricas que vêm sendo, historicamente, apagadas ou marginalizadas. Essa abordagem, conforme Saraceni (2023), reforça a relevância de um olhar antropológico e historiográfico que resgata o legado dos saberes africanos, contribuindo para a definição de uma identidade cultural multifacetada, nos cânticos e nas danças que são transmitidos de geração em geração, mantendo viva a memória cultural dos povos africanos. Tais práticas rituais servem para a comunicação com o divino, bem como para a reafirmação da identidade cultural e a resistência histórica diante da marginalização das tradições africanas.

Por outro lado, a Umbanda Esotérica, conforme elucidado por França (2019) e aprofundado em suas dimensões pedagógicas por Lopes (2022), demonstra como a integração dos elementos da Nova Era com as tradições africanas pode abrir novos horizontes para a educação e para o diálogo inter-religioso. Ademais, os estudos que apontam para a integração dos saberes tradicionais com a ciência formal, como o de Silva e Farias (2024), reforçam a ideia de que a espiritualidade e os conhecimentos ancestrais possuem uma interface produtiva com as metodologias científicas contemporâneas.

Ambas as vertentes interagem de forma significativa na grande rede da Umbanda. Essa interação conjectura a capacidade da religião de se adaptar e absorver influências externas, ao mesmo tempo em que preserva elementos essenciais de sua identidade. Por exemplo, mesmo na Umbanda Esotérica, onde o foco é orientado para esta vertente de interpretação, é possível encontrar referências aos Orixás e à tradição afro-brasileira. Essa sobreposição de práticas evidencia a flexibilidade e a riqueza simbólica presentes na Umbanda na totalidade (Bahia e Nogueira, 2018).

A análise científica que dialoga com as vertentes Umbanda de Omolocô e Umbanda Esotérica evidencia que, apesar das diferenças metodológicas e simbólicas, ambas compartilham uma mesma essência: a busca pela conectividade entre o mundo dos espíritos e o universo dos seres humanos, ancorada numa abundante herança cultural. A continuidade dos estudos e a colaboração entre acadêmicos e praticantes são primordiais para aprofundar essa compreensão, permitindo que a Umbanda se consolide como um objeto legítimo de investigação e uma expressão viva da religiosidade brasileira.

Métodos e Processos de Propagação da Umbanda: seu reconhecimento multicultural

Foucault (2010b) propõe o governo de si enquanto uma prática que possibilita a autonomia pessoal através da construção de uma ética própria. No contexto da Umbanda, essa ideia é evidenciada na maneira como seus praticantes cultivam uma organização interna pautada na auto condução e na responsabilidade individual. A prática ritualística e o desenvolvimento de uma espiritualidade crítica promovem a reflexão sobre a própria existência, permitindo que os adeptos transcendam os discursos normativos que tentam moldar comportamentos e crenças.

A autonomia defendida pela Umbanda envolve a dedicação à verdade interior, um processo que, segundo Foucault (2010b), requer coragem para se posicionar de forma autêntica diante das imposições externas. Este “governo de si” é um exercício de resistência contra as normas

impostas por uma sociedade que historicamente marginaliza as práticas religiosas afro-brasileiras. Assim, a Umbanda transforma a afirmação do eu em uma prática política, um movimento de libertação que se contrapõe aos discursos hegemônicos.

A coragem da verdade, conforme articulada por Foucault (2011), refere-se à disposição de assumir uma postura honesta e intransigente diante das opressões. Na Umbanda, esta coragem se manifesta na persistência em preservar e transmitir seus saberes e práticas, mesmo quando estes são alvo de preconceito e marginalização. O desafio epistemológico posto pelo preconceito no Brasil implica a rearticulação constante das narrativas religiosas não hegemônicas. Ao se afirmarem como portadores de uma verdade própria, os umbandistas desafiam os estigmas culturais e reconstruem o espaço simbólico e social.

Este processo envolve criar redes de apoio e plataformas de diálogo que facilitam a resistência coletiva, proporcionando um ambiente seguro para a autoafirmação dos praticantes. Em um país marcado por diversas formas de discriminação, a Umbanda representa uma alternativa à marginalização, ao fomentar uma ética da inclusão e do reconhecimento mútuo.

No contexto brasileiro, a luta contra o preconceito direcionado à Umbanda e a outras tradições de matriz africana demanda estratégias que conciliem o saber religioso com a mobilização social. Entre as formas de resistência, destaca-se a educação como ferramenta transformadora. A difusão do conhecimento sobre a história, os rituais e a importância cultural da Umbanda contribui para desmistificar preconceitos e promover o diálogo inter-religioso.

Outra estratégia importante é a articulação política e a construção de coalizões com movimentos sociais que lutam contra a discriminação. Essas alianças possibilitam a ampliação da visibilidade e a criação de espaços de poder que possam influenciar políticas públicas, tornando a resistência um instrumento de transformação social.

Ademais, o uso das mídias alternativas e das redes sociais tem se mostrado fundamental para a divulgação das práticas umbandistas e para a construção de narrativas que reafirmem o valor da diversidade cultural. Assim, a Umbanda se posiciona como uma prática de vivência que rompe o silêncio imposto pelo preconceito, reafirmando a importância do autoconhecimento e da coragem para preservar a verdade, de acordo com Isaia (2019).

A partir de 1945, Riet (2024) observou-se uma significativa expansão da Umbanda para diversas regiões do Brasil e outros países latinos, o que contribuiu para a diversificação de práticas e a adaptação do culto às realidades locais. No Brasil, esse processo de disseminação pode ser atribuído a fatores como as mudanças sociais e urbanização, com a migração para as capitais e o crescimento dos centros urbanos, que geraram um ambiente fértil para a propagação de novas formas religiosas e a reinterpretação dos rituais umbandistas.

Houve no período a divulgação e integração cultural da prática da Umbanda que se divulgava de forma espontânea, frequentemente incorporando elementos das culturas regionais, o que tornou os seus rituais mais acessíveis e próximos das vivências cotidianas das comunidades locais e a descentralização do poder religioso com abertura para a autonomia de terreiros e grupos de práticas permitiu que a Umbanda se adaptasse às tradições locais, favorecendo uma identidade plural e regionalizada e integração com outras religiões pela expansão que também promoveu o diálogo e a sincretização com outras manifestações de fé presentes na vastidão cultural brasileira, enriquecendo o panorama espiritual do país.

A expansão da Umbanda para além das fronteiras brasileiras ocorreu principalmente a partir do movimento de imigrantes e da influência de praticos que levaram a doutrina umbandista

para outros países latino-americanos. Países como Argentina, Uruguai e Paraguai passaram a registrar a presença dessa religião a partir de diferentes iniciativas e contextos históricos. Com esse encontro de intercâmbio cultural, a Umbanda encontrou novas formas de se manifestar e se integrar às tradições locais, refletindo uma adaptação contínua.

Na Argentina, a Umbanda foi introduzida inicialmente na década de 1960. Estudos apontam que a migração de uruguaios, que possuíam contato com práticas religiosas como o Batuque, desempenhou um papel importante nesse processo. Posteriormente, argentinos que aprenderam a prática da Umbanda no Brasil contribuíram para a difusão e popularização dessa religião no seu país (Oliveira, 2021). Posteriormente, argentinos contribuíram para a fixação e disseminação dos rituais e ensinamentos umbandistas em outros países da América Latina (Frigerio, 2013).

Esse intercâmbio permitiu a adaptação dos elementos rituais à realidade local, valorizando o espaço-tempo religioso argentino com novas práticas e significados. Assim, a influência argentina sobre a Umbanda revela um ciclo de intercâmbio cultural que se estendeu além das fronteiras, refletindo nos desenvolvimentos subsequentes no Uruguai. No país, a trajetória da Umbanda enfrentou desafios contingentes à tradição laica do Estado.

Durante as primeiras décadas no Uruguai, a religião encontrou dificuldades para obter aceitação e legitimidade no espaço público. Contudo, com a restauração da democracia em 1985, o ambiente político e social passou por transformações significativas que facilitaram a expressão das diversidades religiosas. Esse contexto permitiu que a Umbanda se afirmasse, criando espaço para rituais e para o fortalecimento de sua identidade própria (Massonnier, 2015).

Após a consolidação da Umbanda no Uruguai, é relevante observar a situação no Paraguai, onde a documentação sobre a disseminação da Umbanda é mais limitada. Neste país, acredita-se que a religião tenha chegado mediante imigrantes brasileiros, beneficiando-se da proximidade cultural com o Brasil, com a circulação de práticas religiosas, ao reforçar sua ida e sua manutenção em diversos países latinos.

A influência da Umbanda na América Latina vai além do aspecto religioso, alcançando dimensões culturais e sociais expressivas. Nesse contexto de migração e intercâmbio cultural, a Umbanda contribui para a promoção de uma identidade híbrida que valoriza a diversidade das tradições espirituais. Essa capacidade de integrar elementos de diferentes culturas torna a Umbanda um exemplo de sincretismo religioso, contribuindo para a formação de comunidades mais inclusivas. Além disso, em países como Argentina, Uruguai e Paraguai, a presença da Umbanda tem sido associada a espaços de acolhimento para minorias sociais e grupos marginalizados, reafirmando seu papel como instrumento de inclusão social e de resistência cultural (Frigerio, 2013; Massonnier, 2015).

A Umbanda, religião que se instaurou no Brasil no início do século XX, não somente sobreviveu, mas também se expandiu de forma notável, alcançando diversas regiões da América Latina. Desde sua origem, a Umbanda tem se revelado uma prática religiosa dinâmica e adaptável, capaz de dialogar com diferentes contextos culturais e sociais, transformando-se em uma religião global.

À medida que a religião se espalhava, ela absorvia novas influências, refletindo as culturas locais e as necessidades espirituais das comunidades. Em países como Argentina e Uruguai, por exemplo, a Umbanda encontrou espaço entre populações que buscavam alternativas espirituais que dialogassem com suas próprias tradições nas populações de origem, como nos povos originários e de ancestralidade africana que ali estavam.

A Umbanda se beneficiou da crescente aceitação de religiões afro-brasileiras em todo o mundo. Eventos como a Conferência Mundial sobre Religião e Paz, realizada em 2019, promoveram o diálogo inter-religioso e a valorização das tradições afro-brasileiras, incluindo a Umbanda. Esse reconhecimento tem sido decisivo para a expansão da religião, permitindo que mais pessoas conheçam e se conectem com suas práticas e ensinamentos. Os terreiros na América Latina frequentemente incorporam elementos das culturas locais, criando identidades de práticas e crenças que refletem a diversidade da região.

À medida que a Umbanda continua a se expandir, novos desafios surgem, dentre eles a necessidade de preservar a autenticidade da religião enquanto se adapta a novos contextos, é uma questão central. Além disso, a Umbanda enfrenta a concorrência de outras práticas religiosas e a necessidade de se afirmar em um cenário religioso cada vez mais plural. No entanto, a resiliência da Umbanda, enraizada em sua história de resistência cultural, sugere que a religião continuará a prosperar e a evoluir.

Conforme a Agência Brasil (2016), o reconhecimento da Umbanda como patrimônio imaterial pelo Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH) em 2016 marca um momento na valorização das tradições culturais brasileiras. Essa validação consagra a Umbanda como uma expressão cultural rica e diversificada, e ressalta sua relevância histórica e social no contexto brasileiro.

A decisão do IRPH foi baseada na necessidade de proteger e promover práticas culturais que, ao longo do tempo, enfrentaram desafios significativos. O patrimônio imaterial, conforme definido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), abrange tradições orais, rituais, festas e outras expressões culturais transmitidas de geração em geração. O reconhecimento da Umbanda se alinha a essa definição, pois a religião é vivida e praticada em terreiros, onde as comunidades se reúnem para celebrar suas crenças e tradições.

O processo de reconhecimento envolveu uma série de estudos e avaliações que evidenciaram a importância da Umbanda na formação da identidade cultural brasileira. Segundo o relatório do IRPH, a Umbanda transcende a mera condição de religião, configurando-se como um fenômeno social que promove inclusão e diversidade.

O reconhecimento como patrimônio imaterial ressalta a necessidade de preservar e promover a Umbanda em contextos acadêmicos e sociais. Desde 2016, diversas iniciativas foram implementadas para educar o público sobre a importância da Umbanda e suas práticas. Isso inclui a realização de eventos, seminários e workshops que visam desmistificar a religião e fomentar um diálogo inter-religioso, visto ser a educação e a informação elementos necessários para combater preconceitos e estigmas associados à Umbanda, frequentemente mal interpretada ou estereotipada.

A luta pela visibilidade e respeito à Umbanda continua sendo uma questão relevante para seus adeptos. Ademais, a preservação do patrimônio imaterial da Umbanda requer um esforço conjunto entre as comunidades, o governo e a sociedade civil para que se introduzam em projetos de revitalização cultural e programas de apoio à educação religiosa, sendo essenciais para garantir que as tradições desta religião sejam transmitidas às futuras gerações (Dos Santos; Bersalini, 2024).

Um dos principais obstáculos que a Umbanda enfrenta é a busca por reconhecimento e respeito no contexto religioso brasileiro. Apesar de ser considerada patrimônio imaterial pelo IPHAN desde 2016, a Umbanda ainda é alvo de preconceitos e estigmas. A intolerância religiosa persiste no Brasil, onde praticantes de religiões afro-brasileiras frequentemente enfrentam

discriminação. Dados do Disque 100 indicam que, em 2020, houve um aumento de relatos de intolerância religiosa, com a Umbanda figurando entre as religiões mais afetadas. Essa realidade destaca a necessidade de um esforço contínuo para promover a aceitação e o respeito às diversas tradições religiosas (Souza, De Oliveira, 2021).

Outro desafio, para Da Silva *et al.* (2023), é a preservação cultural da Umbanda. No cenário da modernização e da globalização, muitos jovens se afastam das práticas tradicionais em busca de novas experiências espirituais. Para enfrentar esses desafios, muitos centros de Umbanda têm adotado estratégias inovadoras. A educação e a conscientização são ferramentas nesse processo, dentre elas destacam-se iniciativas que promovem o diálogo inter-religioso e a inclusão social implementadas em várias comunidades.

A utilização da tecnologia, para Sansoni (2000), para disseminar informações sobre a Umbanda, também se mostra um aspecto importante, onde as plataformas digitais têm se revelado eficazes na promoção de eventos, rituais e na educação sobre a religião, onde terreiros utilizam redes sociais para se conectar com os praticantes e divulgar suas atividades. Essa presença digital não apenas atrai novos adeptos, mas também ajuda a desmistificar a Umbanda, combatendo preconceitos e promovendo uma imagem de sua realidade e simbolismo.

Para Engler (2011), a Umbanda deve continuar a se adaptar às mudanças sociais e culturais, mantendo sua essência enquanto se reinventa. O futuro da religião depende da capacidade de seus praticantes de se unirem em torno de uma identidade comum, respeitando as diversidades internas e externas, com a formação de novas lideranças, comprometidas com a preservação dos valores e tradições da Umbanda, para enfrentar os desafios que se apresentam.

Para Sansone (2000), à medida que novas gerações surgem, é necessário repensar como essas tradições são transmitidas e vivenciadas, visto que os jovens de hoje, frequentemente expostos a uma variedade de influências culturais e religiosas, podem desenvolver uma relação distinta com a espiritualidade. Essa dinâmica representa tanto um desafio quanto uma oportunidade para os praticantes mais experientes da Umbanda quando a sua adaptação a novos arranjos de vida das pessoas decorrentes da Globalização.

Como um dos principais desafios enfrentados pela Umbanda é a necessidade de se adaptar às mudanças sociais e culturais, as novas gerações estão cada vez mais conectadas ao mundo digital, o que transforma a maneira como interagem com a religião, na qual muitos jovens buscam informações sobre a Umbanda online, por meio de redes sociais e plataformas digitais. Essa nova realidade pode resultar em uma compreensão mais superficial das tradições, a menos que haja um esforço consciente para educar e envolver esses novos praticantes de forma significativa e coesa.

Para Silva (2008), a Umbanda deve se posicionar como um espaço de diálogo e reflexão sobre questões contemporâneas, como diversidade, inclusão e justiça social. As pessoas de hoje estão cada vez mais engajadas em causas sociais e buscam comunidades que reflitam seus valores. A Umbanda, com sua história de resistência cultural, pode se tornar uma aliada forte na luta por justiça e igualdade, atraindo novos praticantes que veem a religião como um veículo para a mudança social.

Isaia (2019) relata que a Umbanda tem se envolvido em projetos sociais voltados para a inclusão e a promoção dos direitos humanos, via parcerias com organizações não governamentais e outras instituições religiosas. Os terreiros de Umbanda têm contribuído para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Essas ações são fundamentais para demonstrar que

a Umbanda não é apenas uma prática religiosa, mas também um movimento social que busca transformar a realidade ao seu redor.

Considerações finais

Este artigo demonstra que os conflitos vividos na década de 1940 foram determinantes para a definição dos contornos da Umbanda enquanto sistema de crenças, sendo que os debates internos e as pressões externas contribuíram para moldar uma entidade religiosa que se caracteriza tanto pela sua flexibilidade quanto pela sua capacidade de articulação identitária.

Uma das tendências mais notáveis na Umbanda é a crescente inclusão de novas gerações de praticantes. Jovens em busca de uma conexão espiritual frequentemente trazem novas perspectivas e abordagens. Essa renovação geracional tem levado os terreiros a se adaptarem, promovendo práticas que dialogam com valores contemporâneos, como diversidade e inclusão.

Em 2024, a Conferência Inter-religiosa de São Paulo reuniu líderes de diversas religiões, incluindo representantes da Umbanda, para discutir temas como paz e solidariedade, demonstrando o compromisso da religião em construir pontes entre diferentes crenças. Em um contexto mais amplo, a Umbanda não apenas representa um sistema de crenças, mas também uma interconexão entre diversas tradições que se mesclam no seio da sociedade. Por isso, é pertinente explorar outros elementos que, embora possam parecer distintos, estão interligados com a Umbanda, como a prática Omolocô.

Ademais, a Umbanda tem se adaptado às demandas sociais contemporâneas, abordando questões como saúde mental e bem-estar. Muitos terreiros têm incorporado práticas terapêuticas, como a psicologia espiritual, que busca integrar a espiritualidade ao cuidado psicológico. Essa abordagem holística tem atraído novos praticantes que buscam não apenas a conexão espiritual, mas também suporte emocional. No entanto, essas inovações e tendências também apresentam desafios. A necessidade de preservar a tradição enquanto se adapta às novas realidades pode gerar tensões dentro da comunidade. Algumas vertentes mais conservadoras podem resistir a mudanças que consideram ameaçadoras à essência da Umbanda, sendo fundamental que os praticantes encontrem um equilíbrio entre inovação e preservação de suas raízes culturais e espirituais.

O futuro da Umbanda dependerá de sua capacidade de se reinventar sem perder sua identidade, no momento em que as inovações tecnológicas, a inclusão de novas gerações e o diálogo inter-religioso são oportunidades que podem fortalecer a religião. Contudo, é essencial que essas mudanças sejam acompanhadas de um profundo respeito pelas tradições que fundamentam a Umbanda.

As tendências e inovações discutidas refletem a transformação da religião e apontam para um futuro promissor. Na medida em que a Umbanda continua a se adaptar e expandir, ela poderá manter sua relevância e importância cultural, contribuindo para um diálogo mais amplo sobre espiritualidade e diversidade religiosa no Brasil.

A perspectiva foucaultiana permite compreender que a vigilância dos corpos e a implementação de dispositivos de controle não se restringem a instituições políticas, mas se estendem a campos culturais como a religião. Na Umbanda dos anos 1940, os discursos e práticas rituais se configuravam como estratégias de regulação que tanto desafiavam quanto reproduziam os padrões normativos impostos pelo Estado e pela sociedade. Esta análise revela que o combate

às formas de opressão deve considerar a complexidade dos dispositivos de poder, ressaltando a importância de estudos interdisciplinares para a compreensão dos mecanismos que definem e constroem o que é socialmente aceitável, para compreender a Umbanda hoje e as perspectivas para seu futuro.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA BRASIL. **Umbanda é declarada patrimônio imaterial do Rio de Janeiro**. Isabela Vieira. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-11/umbanda-e-declarada-patrimonio-imaterial-do-rio-de-janeiro>. Acesso em: 5 abr. 2024.
- BAHIA, Joana; NOGUEIRA, Farlen. Tem Angola na Umbanda? Os usos da África pela Umbanda Omolocô 1. **Revista Transversos**. Rio de Janeiro. n.º, v. 13, p. 54, 2018. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.12957/transversos.2018.29342>. Acesso em: 15 fev. 2024.
- BAHIA, Joana; AGUIAR, Camilla Fogaça; DE JESUS NOGUEIRA, Farlen. Marco Zero: intolerância religiosa, resistências e controvérsias no campo étnico-religioso em São Gonçalo. **OQ**, p. 83. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://kn.org.br/oq/wp-content/uploads/2022/02/Revista-OQ-n.6-Jan-2022-final.pdf#page=84>. Acesso em: 4 abr. 2024.
- BAHIA, Joana; NOGUEIRA, Farlen de Jesus. Umbandista vota em umbandista: disputas entre umbandistas e católicos no campo religioso brasileiro (1950-1962). **Revista Brasileira de História das Religiões**, v. 15, n. 45, p. 107-130, 2023. Disponível em: DOI: 10.4025/rbhranpuh.v15i45.65915. Acesso em: 5 maio 2024.
- BARROS, Valquiria. O I Congresso de Espiritismo de Umbanda (1941) e o discurso de desafrikanização da umbanda: a gramática da repressão. **Revista Internacional de Folkcomunicação**, v. 21, n. 46, p. 167-189, 2023. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.5212/RIF.v.21.i46.0009>. Acesso em: 4 fev. 2024.
- BIRMAN, Patrícia. Registrado em cartório, com firma reconhecida: a mediação política das Federações de Umbanda. **Umbanda e política**. Rio de Janeiro: ISER, n. 18, 1985.
- CARNEIRO, João Luiz; CARNEIRO, Érica Jorge. Umbanda esotérica não é esoterismo na Umbanda. **Revista Brasileira de História das Religiões**, v. 10, n. 28, p. 113-124, 1970. Disponível em: DOI: 10.4025/rbhranpuh.v10i28.36937. Acesso em: 4 mar. 2024.
- COSTA, H. S. C. da. **Umbanda, uma religião sincrética e brasileira**. 2013. 177 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, GOIÂNIA, 2013.
- CUMINO, Alexandre. **História da Umbanda: uma religião brasileira**. São Paulo: Ed. Madras, 2024.
- D'OSOSI, Tata Gilberto. **Omolocô - Uma Nação**. São Paulo: Ed. Ícone, 2010.
- DA MATTA E SILVA, W.W. **Umbanda de todos nós**. São Paulo: Ed. Ícone, 2009.
- DA SILVA, Marcelo Rodrigo *et al.* Relato de experiência de produção do documentário “ÈPA BÀBÁ: um grito LGBT”. **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**. 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – PUC-Minas, 2023.
- DOS SANTOS, Carolina; BARSALINI, Glauco. Umbanda na Argentina: transnacionalização e tradução cultural. **PLURA, Revista de Estudos de Religião/PLURA, Journal for the Study of Religion**, v. 15, n. 1, p. 64-84, 2024. Disponível em: 10.29327/256659.15.1-2. Acesso em: 1 mar. 2025.
- ENGLER, Steven. A Umbanda e a Globalização. **Debates do NER**, p. 11-44, 2011. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8136.28932>. Acesso em: 4. set. 2024.
- FERREIRA, Meire Cardoso; DE ANDRADE, Michel; PEREIRA, Lisanil da Conceição Patrocínio. A Umbanda: rituais de uma religião de matriz africana. **Cadernos Cajuína**, v. 10, n. 2, p. e561-e561, 2025. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.52641/cadcajv10i2.561>. Acesso em: 24 abr. 2024.
- FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. Lisboa: Ed. Edições 70, 2010a.
- FOUCAULT, Michel. **O governo de si e dos outros**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2010b.
- FOUCAULT, Michel. **A coragem da verdade**. São Paulo. Ed: WWF, 2011.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2014.
- FRANÇA, Bianca Zacarias. Umbanda Esotérica: uma etnografia sobre o encontro da religiosidade afro com a Nova Era em um terreiro de Belo Horizonte. **Revista Calundu**, v. 3, n. 2. 2019. Disponível em: <https://calundu.org/wp-content/uploads/2020/01/06.-revisado-umbanda-esotc3a9rica-doi.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2024.
- FRIGERIO, Alejandro. A transnacionalização como fluxo religioso na fronteira e como campo social: Umbanda e Batuque na Argentina. **Debates do NER**, p. 15-60, 2013.
- GIUBELLI, Emerson. Presença na recusa: A África dos pioneiros umbandistas. **Colóquio Internacional “A Feitiçaria no Atlântico Negro”**. Centro de Estudos Afro-Orientais e Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2006.

- GIUMBELLI, Emerson. O "baixo espiritismo" e a história dos cultos mediúnicos. **Horizontes Antropológicos**, v. 9, p. 247-281, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832003000100011>. Acesso em: 4 ago. 2024.
- ISAIA, Artur Cesar. Ordenar progredindo: a obra dos intelectuais de umbanda no Brasil da primeira metade do século XX. **Anos 90**, v. 7, n. 11, p. 97-120, 1999.
- ISAIA, Artur Cesar. Direitos Humanos e diálogo com o século XXI na Carta Magna da Umbanda. **História: Debates e Tendências**, v. 19, n. 1, p. 124-134, 2019.
- LEAL, João. Tematizações do sincretismo na antropologia das religiões afro-brasileiras (1930-1940). **Sociologia & Antropologia**, v. 11, n. 2, p. 623-649, maio, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2238-38752021v11n211>. Acesso em: 4 abr. 2024.
- LOPES, A. J. S. et al. **A Umbanda esotérica e seu processo educativo**: caminhos de superação do racismo religioso. Programa de Pós-Graduação em Educação e Docência. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/items/d69e433a-8f0d-40e7-8b23-7c143105c>. Acesso em: out. 2024.
- MARTINS, J. S. **Memórias e protagonismos do corpo negro na Umbanda**. (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2024. Disponível em: https://celacc.eca.usp.br/pt-br/tcc_celacc/memorias-protagonismos-corpo-negro-umbanda.
- MASSONNIER, Andres Serralta. La Umbanda en un país laico: la pugna umbandista por el espacio público uruguayo. **Ciencias Sociales y Religión**, v. 17, n. 23, p. 34-50, 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/csr/article/view/8669719/29027>. Acesso em: 3 set. 2024.
- NOGUEIRA, Farlen de Jesus. **O Tata Ti Inkice da omolocô**: Tancredo da Silva Pinto, clivagens e disputas no campo religioso umbandista do Rio de Janeiro (1950-1979). Rio de Janeiro: Autografia, 2022.
- OLIVEIRA, Amurabi. Do Brasil para o Uruguai, do Uruguai para a Espanha: A Umbanda como Xamanismo Sincretico em Barcelona. **Revista Brasileira de História das Religiões**, v. 14, n. 41, p. 49-69, 2021.
- OLIVEIRA, Aurenéa Maria de. Multiculturalismo, pluralismo e religiões afro-brasileiras: debate identitário envolvendo críticas ao uso do termo sincretismo. **Revista Caminhos**, Goiânia, v. 21, n. 1, p. 33-45, jan./abr, 2023. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.18224/cam.v21i1.13073>. Acesso em: 15 jul. 2025.
- ROHDE, Bruno Faria. Umbanda, uma Religião que não Nasceu: Breves Considerações sobre uma tendência dominante na Interpretação do Universo Umbandista. **REVER: Revista de Estudos da Religião**, v. 9, 2009. Disponível em: https://www4.pucsp.br/rever/rv1_2009/t_rohde.pdf. Acesso em: 14 abr. 2024.
- RIET, Roni. **Umbanda no Brasil**: Passado, presente e futuro. São Paulo: Ed. Uiclap, 2024.
- SANTANA, Maurício Ferreira. Giras on-line: Umbanda reconfigurada. **Tempo da Ciência**, v. 28, n. 55, p. 109-121, 2021. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.48075/rtc.v28i55.28039>. Acesso em: 3 set. 2024.
- SARACENI, Rubem. **Doutrina e Teologia de Umbanda Sagrada**. São Paulo: Ed. Madras, 2023.
- SANSONE, Livio. Os objetos da identidade negra: consumo, mercantilização, globalização e a criação de culturas negras no Brasil. **Mana**, v. 6, p. 87-119, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-93132000000100004>. Acesso em: 14 abr. 2024.
- SANTOS, Valdinéia Oliveira dos et al. **Do catolicismo rural à umbanda urbana**, 2007. Disponível em: <https://ri.ucsal.br/server/api/core/bitstreams/7496d425-ac07-4d3e-b797-bab52f72c77a/content>. Acesso em: 9 abr. 2024.
- SOLERA, O. O. O. et al. **A magia do ponto riscado na umbanda esotérica**. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2014. Disponível em: <https://www.umbandainiciatica.com.br/wp-content/uploads/2021/04/A-Magia-do-Ponto-Riscado-na-Umbanda-Osvaldo-Olavo-Ortiz-Solera.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2024.
- SILVA, Cristiane Gonçalves da et al. Religiosidade, juventude e sexualidade: entre a autonomia e a rigidez. **Psicologia em Estudo**, v. 13, p. 683-6692, 2008. Disponível em: <https://encurtador.com.br/eFqa>. Acesso em: 8 maio 2024.
- SOUZA, Luana Santiago; DE OLIVEIRA, Tânia Lira Falcão; TAMBOR, José Humberto Machado. Intolerância religiosa: A luta das religiões de matriz afro-brasileira. **Brasil Brasil Para Todos Todos -Revista Internacional**, v. 9, n. 1, p. 11-17, 2021.
- THARCISIO MOTTA VIEIRA, P. **Umbanda, um estudo sobre a legitimação umbandista na era Vargas (1930-45)**: entre os ideais dos intelectuais umbandistas e a repressão policial. Dissertação de Mestrado. São Paulo. Brasil: Flacso Sede Brasil, 2023. Disponível em: <https://repositorio.flacsoandes.edu.ec/bitstream/10469/19487/1/A-Cubierta-T-2023PTMV.jpg>. Acesso em: 3 jun. 2024.